



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO POLO DE LIVRAMENTO-PB
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

ANA JAQUELINE CAMPOS DE MORAES DA SILVA

**INVESTIMENTOS PÚBLICOS NA EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS-
PB**

LIVRAMENTO-PB

2022

ANA JAQUELINE CAMPOS DE MORAES DA SILVA

**INVESTIMENTOS PÚBLICOS NA EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS-
PB**

Trabalho de Conclusão de Curso ou Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Gestão Pública.

Orientador: Bruno Mota Braga

LIVRAMENTO-PB

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586i Silva, Ana Jaqueline Campos de Moraes da.
Investimentos públicos na educação de São José dos Cordeiros-Pb [manuscrito] / Ana Jaqueline Campos de Moraes da Silva. - 2022.
40 p.
Digitado.
Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, 2022.
"Orientação : Prof. Dr. Bruno Mota Braga, Departamento de Educação - CEDUC."
1. Políticas públicas. 2. Avaliações educacionais. 3. FUNDEB. I. Título
21. ed. CDD 320.6

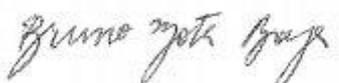
ANA JAQUELINE CAMPOS DE MORAES DA SILVA

**INVESTIMENTOS PÚBLICOS NA EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS-
PB**

Trabalho de Conclusão de Curso ou Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Gestão Pública.

Aprovado em: 01/12/2022

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Bruno Mota Braga- Orientador
Universidade Estadual da Paraíba(UEPB)



Prof. Ms. Kamila Karine dos Santos Wanderley
Universidade Estadual da Paraíba(UEPB/Campus III)



Prof. Dr. João Matias de Oliveira Neto
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/Campus III)

Dedico, primeiramente, a Deus, pois esteve comigo em toda esta trajetória.

A minha família, em especial, a minha Rainha, minha Mãe, que é meu exemplo de vida e de luta. A minha tia Zulmira (in memoriam), um exemplo de amor e pureza, e pôr fim, aos meus amados avós Josefa e Cleomente (in memoriam), amo-os incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por sempre estar do meu lado, e por me fazer superar meus desafios e os meus medos. A minha mãe Maria Helena, que sempre me mostrou o melhor caminho a seguir, sendo um exemplo de vida e de mulher.

A minha Vozinha Josefa, que sempre esteve comigo e minha mãe não medindo esforço em me ajudar no que eu mais precisasse, sendo mais um exemplo de mulher forte, pois mesmo com todas as dificuldades da vida, nunca desistiu dos seus propósitos. A minha Tia Irene, que esteve comigo desde sempre me apoiando e incentivando nos meus sonhos. Uma verdadeira segunda mãe.

Ao meu irmão, José Marquisuel, que mesmo estando distante e com nossas diferenças e desavenças de irmãos, um sempre está apoiando e dando força para o outro, e me deu o maior presente na vida minha Manuella, sobrinha e afilhada tão amada.

Ao meu amado esposo, Allyson Rafael, por estar ao meu lado em toda essa trajetória, me apoiando em tudo que precisei fazer e deixar de fazer por conta dos afazeres da Universidade e me incentivando nos momentos mais difíceis, assim como nos momentos alegres, pois ele permanece ao meu lado em tudo. Amo-te muito.

Aos meus queridos colegas de trabalho e de curso, Jailson e Thalita, na qual sempre focamos no mesmo lema: “ninguém solta a mão de ninguém”, obrigada por todo o apoio. As minhas companheiras de trabalho, Flávia - secretária de Educação, Suênia e Kadigina - técnicas da secretaria e a Ronnielle - Psicopedagoga, que me apoiaram nessa jornada e me incentivaram sempre para que não desistisse do meu sonho. E a Janiele que me apoiou e me ajudou na conclusão deste trabalho.

E por fim, ao meu querido Orientador, Bruno Mota, que esteve comigo durante este trabalho, me incentivando para que eu não desistisse e continuasse a realizar o trabalho, sempre com muito carinho e dedicação, sempre estando à disposição para ajudar em tudo que eu tinha necessidade.

*O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar ao um objetivo.
Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence os obstáculos, no mínimo fará coisas
admiráveis.*

José de Alencar

RESUMO

Tendo em vista que o assunto sobre recursos é pouco discutido no meio acadêmico, principalmente na área da educação, o presente trabalho foi desenvolvido pretendendo obter mais conhecimentos, com objetivo de estudar, avaliar, e apontar quais investimentos públicos são destinados à educação da cidade de São José dos Cordeiros-PB, com ênfase no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB. Para tal, parte da discussão entre as diversas representações do serviço público sobre a temática, apresentando e se colocando na discussão sobre esses investimentos. Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem quanti-qualitativa e utilização de técnica de questionários com doze (12) questões e amostra de três (03) funcionários públicos do município. Com este trabalho, foi possível observar que a cidade recebe mensalmente recursos, que são destinados para pagamentos da folha dos funcionários e outros gastos, observa-se também, que mesmo com este recurso mensalmente, ainda não é o suficiente.

Palavras Chaves: Investimentos, educação, FUNDEB, avaliações educacionais, políticas públicas.

ABSTRACT

Bearing in mind that the subject of resources is little discussed in academia, especially in the area of education, the present work was developed with the intention of obtaining more knowledge, with the objective of studying, evaluating, and pointing out which public investments are destined to the education of the city of São José dos Cordeiros-PB, with emphasis on the Basic Education Maintenance and Development Fund and the Valuation of Education Professionals-FUNDEB. To this end, it starts from the discussion between the various representations of the public service on the subject, presenting and placing itself in the discussion about these investments. This is an exploratory research with a quantitative and qualitative approach and the use of a questionnaire technique with twelve (12) questions and a sample of three (03) civil servants in the municipality. With this work, it was possible to observe that the city receives monthly resources, which are destined for payroll payments and other expenses, it is also observed that even with this monthly resource, it is still not enough.

Key words: investments, education, FUNDEB, educational assessments, public policies.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento de Educação Básica
IDEMA	Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Meio Ambiente
IDHM	Índices de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
SAEB	Sistema de Avaliação de Educação Básica
SNE	Sistema Nacional de Educação

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - São José dos Cordeiros – PB	23
Tabela 2	Quantidades de alunos por escolas 2021 - São José dos Cordeiros – PB	24
Tabela 3	Quantidades de alunos por escolas 2022 - São José dos Cordeiros – PB	25

LISTA DE FIGURA

Figura 1: Mapa de São José dos Cordeiros/PB.....	23
---	----

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1	Recursos do FUNDEB 2021	27
Gráfico 2	Recursos do FUNDEB 2022	27
Gráfico 3	Identificação dos sujeitos que responderam o questionário	28

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 OBJETIVO DO ARTIGO	14
2. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	16
2.2.EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO SOCIAL	16
2.3.FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO-FUNDEB.	18
2.4 IMPORTÂNCIAS DAS AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS	20
3. METODOLOGIA	22
3.1. LOCAL DE PESQUISA.....	23
4. DISCUSSÕES E RESULTADOS	28
CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICE A	39
APÊNDICE B	40
APÊNDICE C	41

1. INTRODUÇÃO

Em meio a muitas discussões sobre investimentos e gastos no Brasil, surgiu o interesse em buscar mais informações sobre quais os recursos são destinados para a educação da cidade de São José dos Cordeiros-PB, pois a educação é um direito dos cidadãos, e observar que com esses investimentos é possível sanar todos os gastos nessa pasta.

Segundo Brasil (1988), através da Constituição Federal de 1988, afirma que a educação é um direito social, e que tem que garantir a gratuidade em todos os níveis de ensino. A distribuição dos recursos públicos assegura as necessidades do ensino obrigatório como a universalização, garantindo um padrão de qualidade nos termos do plano nacional.

Na política educacional brasileira é destacado na Constituição de 1988 e na LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1988, 2015) que há uma necessidade de ações pública voltada para o ensino, procurando sempre meios para assegurar os direitos de estudos para os cidadãos permanecerem nas escolas e que façam uso de ambientes com o mínimo de condições estruturais para seu funcionamento.

A escola é uma das instituições mais importantes na vida de uma criança e de um adolescente, levando em conta que diversas vezes as crianças e jovens passam mais tempo na escola do que sua própria casa. No Brasil, estima-se, segundo os dados do (IBGE, 2010) que a criança e ao adolescente passem uma média de 16 anos de vida escolar, por isso a importância de uma boa educação com condições dignas para recebê-los.

Sabendo que é um direito ao ensino público de qualidade, com lutas e esforços, ocorreu, com o passar dos anos, melhorias na educação e que apesar de todo esse trabalho, o Brasil ainda tem alguns atrasos educacionais, com altas taxas de evasão escolar e de analfabetismo, e com estas taxas muitos estados estão tentando, através de programas educacionais, melhorar esses índices nas taxas de alfabetização.

Com isso, tendo os investimentos corretos na área da educação, consecutivamente, beneficiará na construção social e econômica dos cidadãos, dando a eles os direitos humanos, reduzindo, assim, as desigualdades. Para fornecer uma boa educação para as crianças e adolescentes, os investimentos devem ser feitos na educação desde as atividades pedagógicas,

assim como oferecer uma ótima estrutura de ensino, merenda de qualidade e contas sem atrasos.

Segundo Brasil (2007), os investimentos tiveram uma pequena mudança na melhoria com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação(FUNDEF), já que começou a vigorar, em 1998, com abrangência nacional, tendo como função redistribuir os recursos para a educação básica. A partir do ano 2007, foi substituído pelo FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Segundo Pinto, Ximenes e Carvalho(2022), os recursos quando são destinados adequadamente para a educação é emancipar cidadãos, é realizar direitos humanos,que não pode ser transferido, e com isso reduzir desigualdades, assim como é na perspectiva do desenvolvimento econômico contemporâneo.

Através dessas discussões sobre o investimento, surgiu o interesse em descobrir e aprofundar os estudos através de quais os investimentos públicos que são destinados para a educação, especificamente, da cidade de São José dos Cordeiros-PB. Cidade essa que tem uma população de aproximadamente 3.985 pessoas, segundo dados coletados pelo IBGE-2010, que tem sua renda, na maioria das vezes, advinda da agricultura ou de outra atividade rural.

O Censo 2021 e 2022 (Secretaria Municipal de Educação, 2022), apresentou que, no ano de 2021, a rede municipal atendeu cerca de 470 (quatrocentos e setenta) alunos e no ano de 2022 está atendendo, aproximadamente 458 (quatrocentos e cinquenta e oito) alunos, sendo alunos matriculados desde o ensino Infantil até o ensino Fundamental um e dois.

1.1 OBJETIVO DO ARTIGO

Objetivo deste trabalho é conhecer sobre os investimentos públicos destinados à área da educação do município de São José dos Cordeiros-PB, no qual avalia quais os investimentos públicos são destinados à educação, apontando quais os investimentos são destinados para custear os gastos da educação.

Portanto, o presente trabalho apresenta a discussão sobre os investimentos destinados à Educação desse município, com o intuito de observar e discutir sobre quais e como esses recursos são aplicados na pasta, bem como se são suficientes para arcar com todos os gastos.

2. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

O referencial bibliográfico baseia-se nos estudos voltados para a educação, apresentando a sua importância no primeiro tópico, em seguida apresenta a discussão sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação, destacando a criação e como ele deve ser aplicado, por ser um dos recursos mais importantes destinados às prefeituras para a pasta da educação.

E por fim, uma discussão sobre as avaliações educacionais, pois é com esses índices avaliativos que observa-se a aprendizagem do alunado, já que os índices e a quantidade do alunado é um fator importante para a manutenção e o aumento dos recursos destinados às prefeituras municipais.

2.2. EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO SOCIAL

Os autores Puccinelli e Slomski (2009), destacam que a educação é fator essencial de crescimento social e econômico de um país e um elemento importante para progresso. Dentre o estudo, destacam que existem diversas evidências mostrando que a educação de qualidade é muito importante em várias dimensões econômicas e sociais na vida dos cidadãos.

Segundo a Constituição da República de 1988, foi reconhecido o direito à educação como o primeiro dos direitos sociais, assim como um direito do cidadão e dever do Estado.

Como já se foi dito que a educação é um direito do cidadão e dever do Estado, destacamos através de Peroni et al. (2014) que para isto acontecer demanda políticas públicas, apresentamos as relações entre setor público e o privado, destacando sempre o papel da União no financiamento da Educação Básica.

Cury (2008) destaca que a educação básica veio para esclarecer e fazer a administração um conjunto de realidades para a busca de um novo espaço público, pois a educação básica ajuda a organizar o real que existe em novas bases, assim tendo formas de administrar por meio de ação política.

A forma de organização escolar destacada por Cury (2008) atingiu tanto o pacto federativo como a organização pedagógica das instituições escolares. A educação lhe é eminente o de ser em si um pilar da cidadania, ainda mais por ter sido destinado à educação

básica o condão de reunir as três etapas que a constituem: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

Segundo Adrião e Domiciano (2018), com o intuito de melhoria no ensino, a partir dos anos de 1988 e 2006, passou-se a exigir obrigatoriedade da frequência dos alunos nas escolas do Brasil, eles deviam ter idade entre 7 e 14 anos, independentemente da etapa de escolaridade na qual se encontrasse o pequeno cidadão, destacando que o Estado tinha o dever de ofertar vagas gratuitas, e que a família tinha a obrigação de matricular suas crianças.

Atualmente não é diferente, pois é dever do Estado e Municípios ofertar vagas, desde a educação infantil, fundamental, médio e Educação de Jovens e Adultos, e a família tem o dever de matricular suas crianças, na qual, a mesma não matriculando é penalizada a explicar, e em seguida realizar a rematrícula criança ou adolescente de imediato.

A educação básica regular compreende o atendimento educacional de 0 a 17 anos, inclusive para deficientes. Além de sua oferta, os governos subnacionais devem ainda, por força de lei, garantir o atendimento aos jovens e adultos que não frequentaram a escola na idade “adequada”. (ADRIÃO e DOMICIANO, 2018, p.03).

Para a Lei de Diretrizes e Bases- LDB (1996) no **Art. 2º**. Onde fala que a educação, é um dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando.

Uma observação que se destaca pelos autores Adrião e Domiciano(2018) sobre o ensino, é que 50% das matrículas da educação básica estão sob a responsabilidade dos municípios, no entanto é a esfera que possui menos recursos para conseguir manter a educação dessas crianças e adolescentes, são os municípios que mais sofrem diretamente, as pressões da sociedade por assegurar a efetivação de direitos à educação.

Segundo Saviani (2008), a política educacional voltada para as melhorias, fala das decisões que o Poder Público toma em relação ao meio educacional, tratando dos limites e perspectivas, implicando em examinar o alcance das medidas educacionais tomadas pelo poder brasileiro.

Foi através do Ministério da Educação – MEC que ocorreram muitas inovações com políticas educacionais de ações e programas voltados para a educação dentro dos municípios e estados, a organização da escolarização, da educação infantil, fundamental, educação de Jovens e Adultos, como também melhorias na formação dos professores.

Os autores Barros e Mendonça (1997), afirmam que os investimentos na educação podem-se diferenciar de acordo com o nível em que ocorrem, podendo estar relacionados a uma melhoria na educação fundamental, secundária, técnica e superior.

De acordo com autores e suas discussões Pinto, Ximenes e Carvalho (2022) que para (*apud* Teixeira em 1997), a solução dos problemas estruturais do financiamento à educação pública no Brasil passava, mas não se resumia, à garantia de receitas tributárias vinculadas ao ensino. É nesse sentido que deve ser lida sua proposta de fundos de financiamento, cuja composição é de diferentes fontes, mas tendo como preceito básico assegurar autonomia às políticas educacionais e aos sistemas de educação.

Dois pontos que tem que ser discutidos quando falar sobre educação é do Plano Nacional de Educação (PNE) e da criação de um Sistema Nacional de Educação (SNE). PNE, na atualidade, é obrigatório que tanto os municípios como os estados tenham elaborado onde a equipe designada deve fazer o acompanhamento das metas educacionais.

Destacamos através de Cunha (2007) outra ferramenta que foi criada para ajudar na efetivação para avaliar e organizar do ensino e de seus investimentos: os Conselhos estaduais e municipais da educação, que com eles são elaboradas normas de fiscalização para fiscalizar as verbas que adentram em cada região ou município.

Já Altamann (2002) destaca que nos investimentos educacionais têm que priorizar a educação básica, pois acredita que a oferta desse ensino, com os investimentos corretos e suficientes, e com o ensino de qualidade, irá acarretar oportunidades iguais aos alunos do mesmo ensino, tanto no mercado de trabalho como na vida social.

Por fim, destaca-se que a Educação é um direito constitucional do cidadão, e com o passar dos tempos, foram criadas gestão públicas para melhoria e fiscalização na alfabetização, observa-se também que os investimentos corretos são essenciais para a melhoria dos índices educacionais.

2.3.FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO-FUNDEB.

O autor Cury (2018), destaca que a União e os Municípios aplicarão, nunca menos do que dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal, nunca menos do que vinte por cento

da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos.

Depois de muitas lutas e tentativas de melhorias com os investimentos educacionais, desde a Constituição, foi criada uma emenda que em seguida se transformou na Lei nº. 9.424/96, sancionada em 24 de dezembro de 1996 e publicada no Diário Oficial em 26 de dezembro de 1996, mais conhecida como a Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEF.

Cury (2018) destaca também que a emenda constitucional nº. 53/2006, sobre o art. 214 da Constituição, substituiu a emenda 14/96, criando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) no qual preencheu as lacunas apontadas, ainda que de modo insuficiente, para um acesso em todas as etapas da educação básica e sua respectiva qualidade.

Segundo Mendes (2012), o FUNDEB foi criado com o objetivo de corrigir as deficiências do seu antecessor, que na sua construção teve uma participação ativa de várias entidades de movimentos sociais, assim como do estado e municípios brasileiros.

Já para Militão (2011), os investimentos desse fundo de manutenção é responsabilidade conjunta dos governos estaduais e municipais, e que é com esse incentivo do FUNDEB que se organizam para aumentar a cada ano as matrículas de suas redes do ensino Fundamental (a educação infantil coube aos municípios e o ensino médio aos estados) com a ideia de atingir a universalização desse nível de ensino, e assim aumentar cada dia mais a melhoria.

Destaca-se que, segundo Cury (2008), o FUNDEF apresenta mudanças tanto na composição e distribuição dos recursos em educação quanto na abertura de mais portas para o atendimento do ensino médio, da educação infantil e da Educação de Jovens e Adultos- EJA.

Pinto e Alves (2011) apresenta que o FUNDEF mesmo sendo um parâmetro nacional de recursos disponíveis para alunos, deve ter destaque, pois embora que este o fundo não corresponda ao total de recursos vinculados a educação, é possível destacar que boa parte são esses recursos que contam basicamente dentro das prefeituras, para custear e investir na educação.

Para Cunha (2007) esse fundo contábil promoveu novas formas de relocação de recursos às redes estaduais e municipais, e em cada unidade da federação, deixando reservado para a Federação, a reserva no ensino público, de pelo menos 60% dos 25% garantidos pela Constituição para aplicação mínima na educação.

Segundo Militão (2011), esse novo fundo representa um avanço em relação aos investimentos antigos, já que atende a todas as etapas e modalidades do ensino.

Por fim, é perceptível que a Lei que criou o FUNDEB, veio com a intenção de ajudar os municípios e estados nas melhorias nos recursos para arcar com os gastos na área da educação.

2.4. IMPORTÂNCIAS DAS AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS.

Os estudos sobre a avaliação educacional no Brasil, segundo Garcia (2014) buscam compreender, entre outras coisas, as variáveis relevantes para explicar o desempenho escolar dos alunos nesses exames.

Segundo Alves(2008),essas avaliações de desempenho de estudantes brasileiros, no qual destaca-se bastante o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB –, apontam para a baixa qualidade da educação brasileira, sendo que expressiva parcela dos alunos que completam a 4ª série do ensino fundamental, hoje o 5º ano, não adquiriu as habilidades básicas de leitura e de matemática.

Os indicadores no âmbito federal, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), determinado com os dados coletados a partir do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Censo Escolar e, no âmbito estadual, mais especificamente, no estado da Paraíba, destacamos o programa Integra¹,que além de trabalhar formações com a classe docente, todos os anos realizam no mínimo 2(duas) avaliações de Larga Escala com todas as Escolas, tanto como alunos da rede estadual como municipal do estado da Paraíba.

Nas discussões sobre avaliações educacionais, alguns autores como Almeida, Dalben e Freitas(2013) tecem discussões e algumas críticas dentro desse campo. A possibilidade da associação da eficácia escolar a diferentes resultados oriundos dos exames baseados em testes padronizados é um problema à medida que diferentes formas de medir levam a resultados diferentes, o que evidencia a fragilidade na elaboração de listas para identificar e, conseqüentemente, do uso meritocráticos desses resultados.

¹O programa de regime de colaboração em educação do estado da Paraíba tem como objetivo alcançar todos os municípios do estado e alfabetizar 100% das crianças na idade certa, assim como corrigir o déficit de aprendizagem e a distorção idade-ano dos estudantes das redes estadual e municipais de ensino, beneficiando, aproximadamente, 12 mil professores e 200 mil estudantes paraibanos, garantindo, cada vez mais, a melhoria dos indicadores da educação básica.

Almeida, Dalben e Freitas (2013) afirmam também que o IDEB -Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - da forma pela qual ele é apresentado (e divulgado) para a população,coloca como se a escola fossem a única responsável pelo desempenho de seus alunos, sem destacar os problemas enfrentados, como a infraestrutura e a falta, muitas vezes, de políticas públicas.

Destaca-se que a Prova Brasil, SAEB e a demais são avaliações, para em larga escala, tanto de nível federal quanto de estadual, são desenvolvidas pelo INEP e MEC e secretarias estaduais, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro. A partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos, provas voltadas especificamente para a linguagem portuguesa e as exatas com o objetivo de avaliar os níveis dos estudantes.

Segundo os autores Almeida, Dalben e Freitas(2013), nas discussões exposta sobre essas avaliações e seus resultados, a eficácia da escola não pode ser avaliada por um único indicador, por números, seja ele qual for, e que pensar no trabalho da escola, nas variáveis que o influenciam e, por consequência, na qualidade que ela oferta é, sem dúvida, tarefa árdua e complexa e que necessita se voltar a diversos aspectos, além do desempenho medido pelos testes aplicados aos alunos.

Por fim,destaca-se que os resultados das avaliações em larga escala no Brasil têm se destacado com um grande trabalho desenvolvido pelas escolas, mas que ainda tem suas lacunas, tendo em vista que grande parte do desempenho não pode ser atribuída somente ao trabalho da/na escola, e sim a um conjunto como um todo.

3. METODOLOGIA

Os dados foram coletados por meio da técnica de Questionário e analisados a partir do método de Análise do Conteúdo proposto por Vieira (2009) tendo uma abordagem qualitativa e quantitativa. Alguns dados serão apresentados em forma de gráficos e/ou tabelas como forma quantitativa de trabalhar os dados.

Na pesquisa quantitativa, as informações são de natureza numérica. O pesquisador busca classificar, ordenar ou medir as variáveis para apresentar estatísticas, comparar grupos ou estabelecer associações. (...) (VIEIRA, 2009, p.05).

A parte qualitativa é todo o levantamento de informações dos pesquisados para o trabalho, tendo isto, todo um conhecimento, conversando e interagindo com a pessoa que aplicou o questionário, para que com isso consiga explorar bem o tema pesquisado.

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador busca, basicamente, levantar as opiniões, as crenças, o significado das coisas nas palavras dos participantes da pesquisa. Para isso, procura interagir com as pessoas, mantendo neutralidade. A pesquisa qualitativa não é generalizável, mas exploratória, no sentido de buscar conhecimento para uma questão sobre a qual as informações disponíveis são, ainda, insuficientes. (...) (VIEIRA, 2009, p.05).

Dessa forma, os dados foram coletados através de questionários elaborados a partir do objeto a ser pesquisado.

(...) O questionário é apresentado aos participantes da pesquisa, chamados respondentes, para que respondam às questões e entreguem o questionário preenchido ao entrevistador, que pode ser ou não o pesquisador principal. As respostas são transformadas em estatísticas. (VIEIRA, 2009, p.14).

Por fim, conseguindo as informações necessárias, através dos dados coletados nos questionários passando a seguir, para um segundo momento de analisar, compreendê-los e apresentá-los de forma explicativa.

3.1 LOCAL DE PESQUISA

Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação de São José dos Cordeiros (2022), em 1877, no sítio denominado Casa da Baixa, de propriedade da família Cordeiro, celebrou-se o batizado do filho do casal, pelo Padre Alípio Cordeiro. A fertilidade das terras despertou interesse das famílias convidadas, algumas das quais ali se fixaram.

Foram pioneiros da nova povoação: Major Isidoro, Coronel Antônio da Costa Maracajá, Francisco das Chagas Brito, Antônio Torreão, Vicente de Holanda Montenegro e Manoel Alípio Faria, este o primeiro comerciante do lugar. Em 1910, o Padre Alípio Cordeiro iniciou a construção da capela que, anos mais tarde, passou a Matriz. Na mesma época, foi fundado um colégio. Do progresso do povoado, originou a sua emancipação política, incentivada por Genival Aires de Queiroz e Oscar de Queiroz Torreão, entre outros.

No tocante à História da divisão política territorial de São José dos Cordeiros, observamos que inicialmente era Distrito Cordeiros e fazia parte de São João do Cariri. Através do decreto-lei estadual nº 1010, de 30 de março de 1938, o distrito de Cordeiros passou a denominar-se São José dos Cordeiros. No mesmo ano, pelo decreto-lei estadual nº 1164, de 15 de novembro de 1938, o distrito de São José dos Cordeiros voltou a denominar-se Cordeiros. Na sequência, por meio do decreto-lei estadual nº 520, de 31 de dezembro 1943, o distrito de Cordeiros passou a denominar-se Aredecô, voltando a ser chamado São José dos Cordeiros, pela lei estadual nº 318, de 07 de janeiro de 1949, permanecendo até 1960.

Elevado à categoria de município com a denominação de São José dos Cordeiros, pela lei estadual nº 2662, de 22 de dezembro de 1961, desmembrado de São João do Cariri. Constituído de dois distritos: São José dos Cordeiros e Parari, ambos desmembrados do município de São João do Cariri, instalado em 31 de dezembro de 1961. Já através da lei estadual nº 5887, de 21 de abril de 1994, o distrito de Parari é desmembrado do município de São José dos Cordeiros.

O município de São José dos Cordeiros localiza-se no estado da Paraíba, mais especificamente, na Mesorregião da Borborema e na Microrregião do Cariri Ocidental, limita-se ao norte com os municípios de Livramento e Taperoá, a leste com Parari e Serra Branca, ao sul com Serra Branca e Sumé e a oeste com Livramento e Itapetim, este último pertencente ao Estado de Pernambuco. Com área territorial de 418 km², possui população de 3.985 habitantes, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2010.

Figura 1: Mapa de São José dos Cordeiros/PB

Fonte: Google Maps.

Segundo o Idema(2010), os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de São José dos Cordeiros é 0,556, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,5 e 0,599). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,209), em seguida vem o aumento da Longevidade e por último a Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Renda (com crescimento de 0,121), seguida por Educação e por Longevidade. É possível observar que de acordo com a tabela abaixo, o Índice teve crescimento, mesmo sendo não muito significativo. Dessa forma, o município de São José dos Cordeiros obteve um crescimento na Educação, Longevidade e Renda.

Tabela 1- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - São José dos Cordeiros – PB.

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,114	0,198	0,407
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	8,75	10,55	20,23
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	31,99	70,01	90,07
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	11,75	31,17	82,76
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	7,76	3,71	37,41
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	0,00	3,03	21,08

IDHM Longevidade	0,601	0,649	0,778
Esperança de vida ao nascer (em anos)	61,08	63,93	71,69
IDHM Renda	0,350	0,471	0,542
Renda per capita (em R\$)	70,52	150,04	233,71

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Meio Ambiente-IDEMA

É possível observar que na tabela acima, o Índice obteve um crescimento, mesmo sendo não muito significativo o município de São José dos Cordeiros cresceu nos índices da Educação, Longevidade e Renda.

Abaixo apresentamos duas tabelas com os dados através do Censo 2021 e 2022 com a descrição das escolas municipais, quantidades de docentes e de alunos e cada unidade de ensino.

Tabela 2- Quantidades de alunos por escolas de 2021 - São José dos Cordeiros – PB.

Escolas Municipais	Quantidades de Docentes	Quantidades de alunos
Escola Municipal Manoel da Silva Almeida	14	222
Escola Municipal de Educação Infantil Eurídice de Andrade Farias	07	84
Centro Educacional de Jovens e Adultos	09	63
Escola Municipal Antônio Joventino da Costa	04	42
Escola Municipal Antônio Alexandre de Morais	01	07
Escola Municipal Virgílio Galdino de Andrade	01	05
Escola Municipal Matias Alexandre de Morais	01	09
Escola Municipal Manoel Cândido Pereira	01	11
Escola Municipal José Ventura de Sousa	01	11
Escola Municipal Olinto Campos	01	09
Escola Municipal Álvaro Dionízio	01	09

Fonte: Dados do Censo Escolar 2021- Secretaria Municipal de São José dos Cordeiros-PB.

Tabela 3- Quantidades de alunos por escolas de 2022 - São José dos Cordeiros – PB.

Escolas Municipais	Quantidades de Docentes	Quantidades de alunos
Escola Municipal Manoel da Silva Almeida	17	264
Escola Municipal de Educação Infantil Eurídice de Andrade Farias	08	104
Centro Educacional de Jovens e Adultos	07	54
Escola Municipal Antônio Joventino da Costa	03	27
Escola Municipal Antônio Alexandre de Morais	01	04
Escola Municipal Virgílio Galdino de Andrade	01	06
Escola Municipal Matias Alexandre de Morais	01	06
Escola Municipal Manoel Cândido Pereira	01	08
Escola Municipal José Ventura de Sousa	01	08
Escola Municipal Olinto Campos	01	08
Escola Municipal Álvaro Dionízio	01	05

Fonte: Dados do Censo Escolar 2022- Secretaria Municipal de São José dos Cordeiros-PB.

Observamos nas tabelas acima que algumas escolas teve uma baixa na quantidade de alunos, outras tiveram um aumento bem considerável. Observa-se ainda, que teve um pequeno aumento de docentes.

Portanto, observando que com aumento considerável de alunos e docentes a em algumas escolas, as mesmas irão necessitar de mais investimentos, pois os gastos consecutivamente irão aumentar.

3.2 TIPO DE ESTUDO

O presente estudo é uma pesquisa exploratória com abordagem quanti-quanlitativa, com utilização de técnica de pesquisa exploratória, bibliográfica e documental.

O percurso metodológico partiu do questionamento de quais os investimentos são repassados para a educação, especificamente, a educação da cidade paraibana São José dos Cordeiros.

A coleta de dados deu-se por meio de pesquisas de dados e de questionários, explorando os documentos através de sites dos anos de 2021 e 2022, pesquisando quais os investimentos foram repassados mensalmente para a Prefeitura Municipal que é destinada para a Educação, já o questionário foi constituído com questões fechadas, abertas e de múltipla escolha, composto de 12 (doze) perguntas, tendo por finalidade obter as respostas para os questionamentos levanta dose, consecutivamente, para análise dos dados coletados, conforme mostra o Apêndice B.

A aplicação dos questionários ocorreu no mês de novembro de 2022. Inicialmente foram abordados os pesquisados, fazendo toda uma explanação sobre a pesquisa, depois foi entregue e realizada a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, entregando duas cópias para que se o pesquisado decidir participar do estudo assinar as mesmas, a qual uma cópia ficou com o pesquisado, e outra com a pesquisadora, conforme Apêndice A.

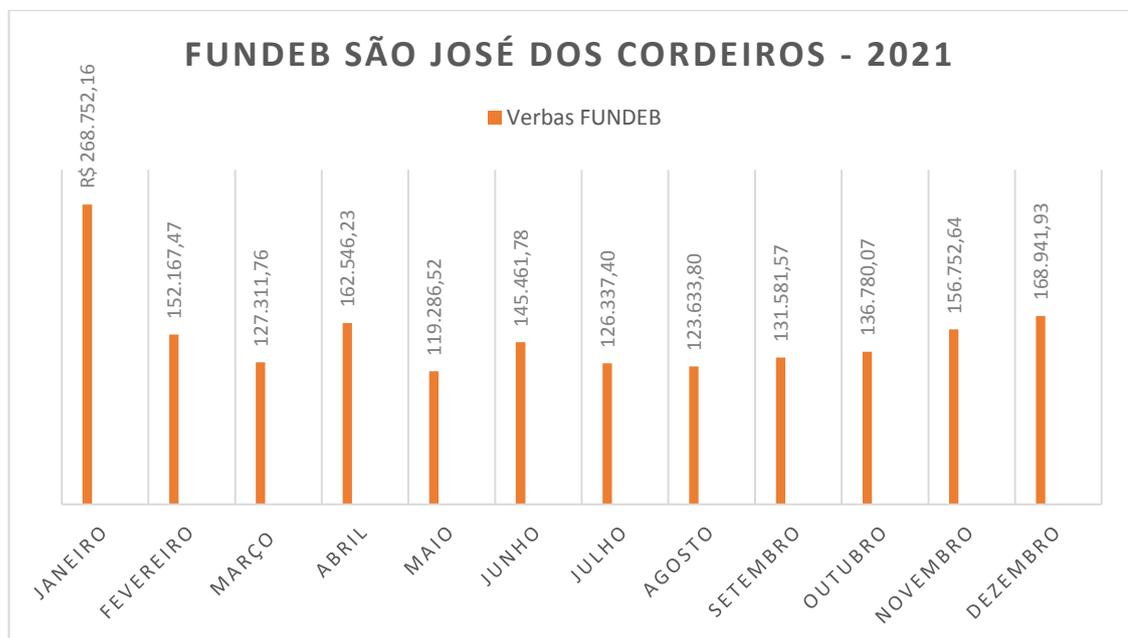
Nas informações obtidas com o questionário, está garantido o total anonimato para que os sujeitos pesquisados não ficassem com receio ou com qualquer tipo de constrangimento. Os sujeitos tiveram total liberdade para responderem aonde quisesse para depois entregar a pesquisadora, na ocasião foi assegurado que as respostas seriam arquivadas e que em nenhum momento seria associado à sua imagem.

Os questionários foram entregues em suas instituições de trabalho e explicando como deveriam ser preenchidos, deixando a liberdade de cada um para tirar dúvidas e fazer suas indagações sobre o questionário, os funcionários públicos optaram em levar para sua residência alegando que responderia com mais calma.

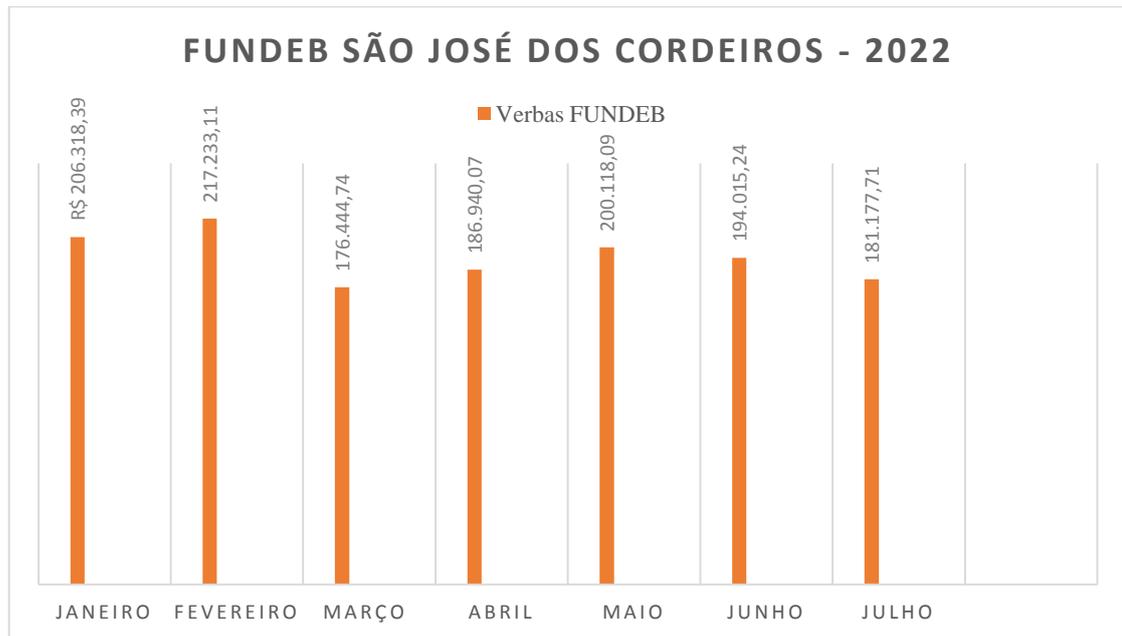
4. DISCUSSÕES E RESULTADOS

Por meio das pesquisas, foi perceptível que o recurso que sobressaio dentro da prefeitura para a educação do município é a do FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, onde a prefeitura recebe mensalmente uma quantia para custear as contas destinadas ao ensino do município.

Gráfico 1 - Recursos do FUNDEB - 2021



Fonte: Portal Beneficiário Banco do Brasil

Gráfico 2 – Recursos do FUNDEB - 2022

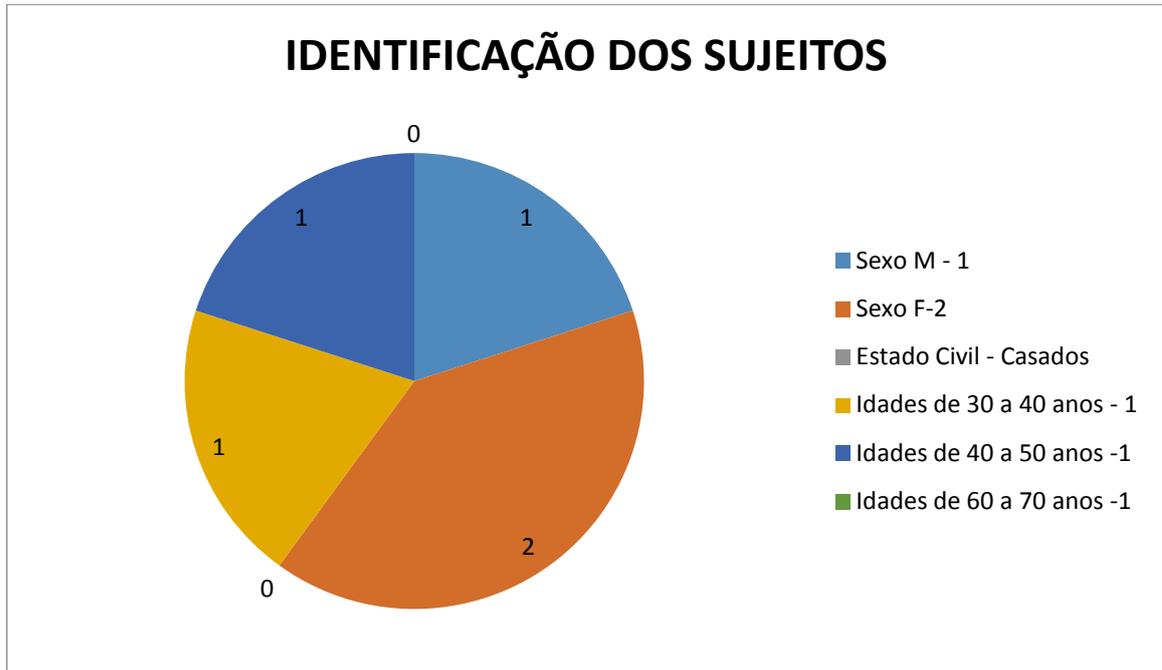
Fonte: Portal Beneficiário Banco do Brasil

Nos gráficos acima observamos os investimentos gerais do FUNDEB destinados à Prefeitura Municipal de São José dos Cordeiros-PB dos anos de 2021 e 2022, onde, no primeiro ano é do mês de janeiro até o mês de dezembro, e no segundo ano, do mês de janeiro a julho.

Observa-se que os recursos oscilam durante os meses como, por exemplo, no mês de maio e janeiro do ano de 2021, uma vez que no primeiro, o recurso vem em uma quantidade menor e o segundo vem em uma quantidade maior durante todo o ano. No ano de 2022, até o mês de junho, é possível observar um pequeno aumento durante os meses.

Para melhorar a pesquisa, foi elaborado o Questionário, no qual foi aplicado com 3(três) funcionários públicos, divididos em cargos comissionados, efetivos e eletivos, já que têm contato direto com a educação e com os investimentos que são destinados à prefeitura e consecutivamente repassados as pastas da Educação.

Os sujeitos serão denominados S de Sujeito com a numeração em seguida, S1, S2 e S3.

Gráfico 3 - Identificação dos sujeitos que responderam o questionário

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

O gráfico acima destaca a identificação dos sujeitos, sendo dois do sexo feminino, e um do sexo masculino, ambos casados, com idades entre 30 anos e 70 anos, com experiência profissional de 13 anos a 24 anos no serviço público na Prefeitura Municipal de São José dos Cordeiros-PB.

O questionário, além de questões fechadas, apresentou algumas questões abertas para os sujeitos responderem de forma dissertativa.

A primeira pergunta foi questionada qual o pensamento sobre os investimentos públicos, principalmente na área da educação. As respostas foram as seguintes:

“A pasta é primordial para o avanço nas demais políticas públicas haja vista que diminui a dependência dos cidadãos a benefícios sociais à medida que se implementa na mentalidade da criança o sentimento de mudança, de avanço, de perseverança. Investir em educação é a certeza de que um futuro sólido será construído para esse cidadão e sua família e que a democracia será fortalecida”. (S1, masculino, de 30 a 40 anos).

“É necessário uma boa gestão sobre os investimentos públicos, priorizando ações e um plano consistente com comprometimento contínuo e que repasse

os interesses individuais visando melhorar a educação”. (S2, feminino, de 60 a 70 anos).

“Investimentos públicos são fundamentais para o desenvolvimento e absolutamente necessárias para manutenção da educação básica. ” (S3, feminino, de 40 a 50 anos).

Todos apresentaram, em suas respostas, que é de grande importância os investimentos na área da educação, uma vez que esses recursos, quando aplicado de forma correta e responsável, garante o direito dos cidadãos de terem uma boa educação.

Sabendo que o recurso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação é um dos mais importantes que as prefeituras recebem, foi indagado se a cidade recebe esses recursos, e as respostas dos sujeitos foram positivas.

Outro questionamento foi se além desses recursos, existem outros recursos que ajudam na pasta da Educação do município. Segundo os sujeitos:

“Além do Fundeb, o município é obrigado a aplicar 25% dos seus recursos próprios em educação.” (S1, masculino, de 30 a 40 anos).

“PNATE- PNAE-PDDE-QSE-PAR”. (S2, feminino, de 60 a 70 anos).

Observa-se que a cidade de São José dos Cordeiros-PB, recebe recursos destinados à educação todos os meses, além do FUNDEB, existem outros investimentos na área como, por exemplo, recursos para o transporte escolar, programa nacional de alimentação escolar, programa dinheiro direto na escola, salários da educação, plano de ações articuladas e que o restante é complementado com recursos próprios.

O Fundo Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação é destinado para custear quais gastos na pasta da educação.

“O Fundeb deve custear, com o mínimo de 70% dos recursos repassados, a folha de salário dos profissionais da educação, assim definidos pelo art. 26, § 1.º, inciso II da Lei 14113/20. O restante deve ser aplicado nas demais despesas, incluindo pagamento de profissionais de serviço social psicólogo,

quando integrantes de equipes multiprofissionais que atendam o alunado.” (S1, masculino, de 30 a 40 anos).

“Remuneração, aperfeiçoamento, manutenção e conservação de equipamentos, e aquisição de material de consumo.” (S2, feminino, de 60 a 70 anos).

“Os recursos oriundos do Fundeb são destinados a atender gastos com pagamentos de salários dos professores da ativa.” (S3, feminino, de 40 a 50 anos).

Os recursos do FUNDEB são destinados para remunerar os funcionários da pasta da educação, e que para profissionais que possam atender o alunado da rede municipal, também é possível com esses recursos manter, conservar e adquirir materiais para consumos das instituições de ensino.

E por fim, foi questionado os entrevistados se os recursos do FUNDEB destinados à São José dos Cordeiros são suficientes para arcar com os gastos.

“Não, para os pequenos municípios são insuficientes. Isso porque o repasse de recursos é feito com base na quantidade de alunos. Em municípios limites com outros, ou seja, que possuem zona rural muito próxima da sede dos outros municípios o alunado tende a migrar em razão da distância menor o que proporciona fuga de recursos públicos que, em maior quantidade auxiliaria na melhoria da qualidade de ensino. Ademais, é preciso maior investimentos por parte do Governo Federal e Estadual na demais etapas do ensino”. (S1, masculino, 30 a 40 anos).

“O Fundeb agora foi transformado em fundo permanente de ofício ao desenvolvimento da educação, através da Emenda 108/2020 e sanção da Lei 14.113/2020 e terá uma contribuição maior do governo federal que será até 2026 em 23%, o que com certeza melhorará a educação nos municípios, desde que exista uma gestão eficiente”. (S2, feminino, de 60 a 70 anos).

“Não”. (S3, feminino, de 40 a 50 anos).

De acordo com as respostas coletadas, observa-se que esses investimentos não conseguem suprir todos os gastos, sendo necessário que a prefeitura coloque recursos próprios para fechar todos os gastos, que mesmo tendo regulamentações na Lei 14.113/20, no qual transforma o fundo em permanente, ainda não é suficiente, pois as cidades de pequeno porte tendem a sofrer com a escassez de recursos advindos de programas estaduais e federais, já que a quantidade de alunos matriculados é um dos fatores mais importantes para aumentar os valores desses recursos e em cidade de pequeno porte os números de matrículas o crescimento é pouco.

Conclui-se que nessa pesquisa, a cidade de São José dos Cordeiros-PB recebe mensalmente os recursos, mais que não é o suficiente, uma vez que os gestores públicos necessitam complementar os gastos para oferecer uma educação de qualidade.

CONCLUSÃO

De acordo com as discussões da temática sobre investimentos públicos, é de grande relevância na sociedade e principalmente na educação e na gestão pública, pois a educação é um direito do cidadão, direito esse que deve ser ofertado com as melhores qualidades e estrutura.

E com o estudo da nossa pesquisa, sobre “os investimentos na educação”, foi observado que mesmo sendo algo muito importante, é ainda algo delicado e com muitas lacunas, principalmente nas cidades de baixo índice de desenvolvimento e com poucos habitantes.

Os sujeitos que responderam os questionários apresentaram grande domínio sobre o assunto e trouxeram grande relevância, destacando a importância de políticas públicas voltadas para os investimentos na área da educação, e também destacaram as grandes lacunas sobre essa discussão.

Através desta pesquisa, foi possível observar e discutir que as pequenas cidades sofrem mais por falta de investimentos nessa área, e que mesmo com gestores comprometidos em ofertar uma boa estrutura de ensino, encontra-se, no caminhar, alguns empecilhos como, por exemplo, a quantidade de alunado, pois eles destacam que os valores dos repasses tem por base a quantidade de alunos matriculados nos municípios, destacam também outro fator: a questão das localidades, limites com outros municípios que por questões de distância tende a se locomover para o mais perto.

Na pesquisa, que com diversas questões, onde o Fundo Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação é o recurso que mais ganha ênfase, pois é os recursos que mais ajuda as prefeituras na pasta da educação, tende a melhorar os seus repasses, pois através da Lei 14.113/2020, foi transformado em um fundo permanente no qual terá uma contribuição maior do governo federal de até 23%.

A cidade de São José dos Cordeiros-PB recebe todos os meses recursos destinados para área da educação, e que os recursos do FUNDEB é um dos mais importantes para manter a pasta da educação. Destaca-se também que, mesmo tendo esse investimento mensalmente, o município ainda necessita de mais recursos para que no final do mês conseguir organizar folha de pagamentos e todos os outros gastos que é necessário com o a educação.

Os sujeitos que responderam os questionários que são funcionários públicos, com anos de experiência no serviço público, em suas falas apresentaram que além de receber os

recursos, que a prefeitura recebe mensalmente, e que além do Fundo Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, existem outros recursos para ajudar nos gastos, e que mesmo com esses recursos a prefeitura municipal todo final de mês destina recursos próprios para ajudar nas despesas.

Destaca-se também com a pesquisa, que esses investimentos devem ser aplicados de forma responsável, sempre procurando melhorar o bem-estar do alunado.

Os desafios maiores enfrentados pelos gestores, principalmente nas cidades de pequeno porte, é a quantidade pequena de alunos matriculados, ocorrendo assim uma menor quantidade de recursos implantados na educação. E que mesmo com poucos recursos, a gestão deve trabalhar de forma responsável e ofertar um ensino com estrutura digna para todas as classes estudantis e docentes.

Por último, essa pesquisa buscou contribuir bastante para o conhecimento na área da gestão pública, corroborando para a formação de especialista em gestão pública. Assunto esse que deve cada dia mais ser conversado e discutido para aprimorar os entendimentos da sociedade como um todo sobre quais são os investimentos e como eles são destinados para cada dia mais promoverem melhorias nas políticas públicas, especificamente na área da educação.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa, DOMICIANO, Cassia Alessandra. A Educação Pública e as Corporações: Avanços e contradições em uma década de ampliação de investimentos no Brasil. FINEDUCA –Revista de Financiamento da Educação, Porto Alegre, v. 8, n. 3, 2018.

ALVES, Thiago e PINTO, Jose Marcelino de Rezende. O Impacto Financeiro da Ampliação da Obrigatoriedade Escolar no Contexto do FUNDEB. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3172/317227057007.pdf>> Acesso dia 29 de agosto de 2022.

ALMEIDA, Luana Costa. DALBEN, Adilson, FREITAS, Luiz Carlos de. O IDEB: Limites e ilusões da política educacional. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/79084/47919>> Acesso em 08 de agosto de 2022.

ALVES, Fátima. Políticas Educacionais e Desempenho Escolar nas Capitais Brasileiras. Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 134, p. 413-440, maio/ago. 2008.

ALTANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.28. n.1, p.77-89, jan./jun. 2002.

BARROS, Ricardo Paes de, MENDONÇA, Roseane. Investimentos em Educação e Desenvolvimento Econômico. Diretoria de Pesquisa do IPEA. Rio de Janeiro, 1997.

CUNHA, Luiz Antônio. O Desenvolvimento Meandroso da Educação Brasileira entre o Estado e o Mercado. Educação Social. Campinas, Volume 28, nº 100, p.809-829, outubro 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação Básica como um direito. Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Financiamento da Educação Brasileiro: do subsidio literário ao FUNDEB. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1217-1252, out./dez. 2018.

CRUZ, Antonio Carlos dos Santos. Educação e Gestão Pública: Liderança, Processo Decisório e Gestão de RH. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 03, Vol. 01, p. 81-89, Março 2018.

GARCIA, Paulo Sergio. Um Estudo de Caso Analisando a Infraestrutura das Escolas de Ensino Fundamental. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, v. 9, n. 23, p.137-159 set./dez. 2014.

Governo da Paraíba, Secretaria de Educação e Ciência e Tecnologia. Programa Integra Paraíba. Disponível em <<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao-e-da-ciencia-e-tecnologia/programas/integra-educacao-paraiba>> Acesso em 20 de agosto de 2022.

Lei de Diretrizes e Bases. Disponível em <<https://www.dca.fee.unicamp.br/~leopini/consu/reformauniversitaria/ldb.htm>>. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Acesso em 07 de dezembro de 2022.

MENDES, Danielle Cristina de Brito Fundeb: Avanços e Limites no Financiamento da Educação Básica no Brasil. Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: UFSCar, v. 6, n.02, p.392-412, novembro 2012.

Ministério da Educação. Reajuste do piso salarial. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/piso-salarial-do-professor>> Acesso em: 21 de julho de 2022.

MILITÃO, Silvio Cesar Nunes. Fundeb: Mais do Mesmo?. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v.18, n.19, p.124-135, jan./abr.2011.

MOREIRA, Debora C S, PEREIRA, Devanil, BARBOSA, Ronaldo José. O Orçamento e os Investimentos Públicos na Educação Básica no Brasil. Disponível em: <file:///F:/Especializa%C3%A7%C3%A3o%20GEST%C3%83O%20PUBLICA/AC_D%C3%A9bora,%20Devanil%20e%20Ronaldo.pdf> Acesso em 08 de julho de 2022.

SAVIANI, Dermeval. Política Educacional Brasileira: Limites e Perspectivas. Revista de Educação PUC, Campinas – SP. N.24, p.7-16, junho 2008.

PERONI, Vera Maria Vidal. FLORES, Maria Luiza Rodrigues. Sistema nacional, plano nacional e gestão democrático da educação no Brasil: articulações e tensões. Educação. Porto Alegre. V.37, n.2, p.180-189, maio-ago.2014.

PINTO, Élide Graziane. XIMENES, Salomão Barros. CARVALHO, André Roncaglia de. A Educação como Investimento Público: Necessidade Política, Debate Econômico e Proposições Institucionais. Volume 30. Número 47. 5 de abril 2022.

PINTO, José Marcelino de Rezende, ALVES, Thiago. O impacto Financeiro da Ampliação da Obrigatoriedade Escolar no Contexto do FUNDEB. Educação Real. Porto Alegre, Volume 36, n.2, p.605-624, maio/agosto.2011.

PORTAL do Beneficiário BB. Disponível em
<<https://www42.bb.com.br/portalbb/daf/beneficiarioList,802,4647,4652,0,1,1,1.bb?cid=81020>
> Acesso dia 28 de setembro de 2022.

PUCCINELLI, Fernando Gasparotto. SLOMSKI, Valmor. Um estudo do investimento público em educação básica no Brasil e do desempenho dos alunos em avaliações nacionais por Unidade Federativa no período de 1998 a 2007. Disponível em
<<https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos102010/12.pdf>> Acesso em 08 de julho de 2022.

VASCONCELOS, Joyciane Coelho, LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales, ROCHA, Leonardo Andrade, KHAN, Ahmad Saeed. Infraestrutura escolar e investimento público em Educação no Brasil: a importância para o desempenho educacional. Avaliação política pública Educ., Rio de Janeiro, v.29, n.113, p. 874-898, out./dez. 2021

VASCONCELOS, Teresa. A importância da Educação na Construção da Cidadania. Saber Educar 12. 2007.

VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

APÊNDICE A



PROEAD
Pró-reitoria de Ensino Médio,
Técnico e Educação a Distância

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA PROEAD
Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e a Distância.
Curso de Especialização Lato Sensu: Gestão Pública Municipal
Rua Joaquim Pereira dos Santos ,185. Campus Universitário
Bodocongó – Campina Grande/PB. CEP:58.429-560

TERMO DE COMPROMISSO DE ORIENTAÇÃO DE TCC

Pelo presente documento, declaro para os fins necessários, que aceito a indicação do meu nome para orientação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do(a), aluno(a) Ana Jaqueline Campos de Moraes da Silva, regularmente matriculado(a) no Curso de **Especialização em Gestão Pública Municipal (EaD)**, turma **III** para o direcionamento do tema Investimentos Públicos na Educação de São José dos Cordeiros-PB.

Trabalho proposto para o término no período de **01/07/2022 a 30/11/2022**.

Em com um acordo assinamos o presente termo de compromisso de orientação.

CampinaGrande/PB, 18 de outubro de 2022.

Nome e Assinaturado orientando

Nome e Assinatura do orientador

APÊNDICE B



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Sr.(a) _____.

Eu, Ana Jaqueline Campos de Moraes da Silva, como aluna de Especialização do Curso de Gestão Público, pretendo desenvolver uma pesquisa, **inicialmente intitulada, INVESTIMENTOS PÚBLICOS NA EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS-PB, sob orientação do Prof. Bruno Mota Braga. (Pesquisadora responsável).**

O(s) motivo(s) que nos leva a estudar este tema é levar uma discussão sobre os investimentos públicos voltados a educação na cidade.

Informamos que será garantido o direito ao anonimato, assegurando sua privacidade. A sua participação é voluntária, não irá acarretar qualquer dano nem custos para você. Esclarecemos que não será disponível nenhuma compensação financeira e que os dados contidos nesta investigação serão divulgados em eventos científicos da categoria em periódicos.

Diante do exposto, reitero minha responsabilidade no referido estudo, através da assinatura abaixo.

Ana Jaqueline Campos de Moraes da Silva
Pesquisadora responsável

Consentimento do Voluntário

Declaro que fui devidamente esclarecido (a) e admito que revisei totalmente e entendi o conteúdo deste termo de consentimento.

Eu, _____, aceito participar desta pesquisa desde que assegurado o anonimato. De minha parte o faço de livre e espontânea vontade, não tendo sido forçado ou coagido para tal, e ciente de que os dados serão usados pela responsável pela pesquisa com propósitos científicos. Estou ciente também que receberei uma cópia deste documento.

São José dos Cordeiros-PB, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do Participante

Atenciosamente,

Endereço do pesquisador participante:

Rua Manoel Albino de Farias- Centro 11– São José dos Cordeiros-PB

– Cep: 58570-000

Telefone para contato: (83) 9-9985-4936

E-mail: camposkelly86@gmail.com

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA PROEAD
Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e a Distância.
Curso de Especialização Lato Sensu: Gestão Pública Municipal
Rua Joaquim Pereira dos Santos ,185. Campus Universitário Bodocongó – Campina
Grande/PB. CEP:58.429-560

QUESTIONÁRIO

INVESTIMENTOS PÚBLICOS NA EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS-PB

Leia com atenção às questões abaixo, e a seguir responda segundo seu entendimento:

PARTE I – Identificação e formação

Sexo: () Masculino () Feminino

Estado Civil: () Solteiro(a) () Casado(a) () Separado(a) () Divorciado(a) () Viúvo(a)

Idade:

De 20 a 30 anos () De 30 a 40 anos () De 40 a 50 anos ()

De 40 a 50 anos () De 50 a 60 anos () De 60 a 70 anos ()

Formação acadêmica: _____

PARTE II - Questões a serem respondidas:

1. Função que ocupa no serviço público da cidade de São José dos Cordeiros-PB?

2. Já trabalhou em outra função? Qual?

3. A quantos anos trabalha no serviço público da cidade de São José dos Cordeiros-PB?

4. Qual o seu pensamento sobre os investimentos públicos, principalmente na área da

educação?

5. A cidade recebe recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação?

6. Além destes recursos existem outros que ajudam a pasta da Educação do município?

7. O custeio pelo FUNDEB é destinado para custear quais gastos dentro da pasta da Educação?

8. Com seu conhecimento e experiência na área de investimentos você acha que esses recursos do FUNDEB são suficiente para arcar com os custeios da área da educação?

CONTATOS

FONE: (83) 9-9985-4936

E-MAIL: camposkelly86@gmail.com

Obrigada pela contribuição!